

Bolsonaro ignorou mais de mil relatórios da Abin sobre Covid

Planalto sob Bolsonaro escondeu projeções de casos e mortes de Covid

Mais de mil relatórios da Abin e do GSI ficaram sob sigilo e alertavam sobre alta da crise sanitária

Mateus Vargas

BRASÍLIA Agentes de inteligência do governo Jair Bolsonaro (PL) elaboraram mais de mil relatórios sobre a pandemia, projetando aumento no número de casos e mortes no Brasil, enquanto o ex-presidente boricovava medidas de combate à Covid-19 e acesso às vacinas.

Mantidos em sigilo durante a gestão passada, os documentos foram produzidos ao menos de março de 2022 a julho de 2023. O material tem folhas com carimbos da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), GSI (Gabinete de Segurança Institucional) ou sem identificação de autor.

Os documentos reforçam que Bolsonaro ignorou, além das recomendações do Ministério da Saúde, as informações que eram levantadas por agentes de inteligência e dentro do próprio Palácio do Planalto. Os agentes da Abin e do GSI citam o distanciamento social e a vacinação como formas efetivas de controlar a doença, mostram estudos que desaconselham o uso da cloroquina e alertam sobre possibilidade de colapso da rede de saúde e letalidade no Brasil.

Os relatórios ainda reconhecem falta de transparência do governo Bolsonaro na divulgação dos dados da pandemia, além de lentidão do Ministério da Saúde para definir estratégias de testagem e combate à doença.

A maior parte dos relatórios projetava cenários de aumento de casos e mortes pela Covid-19 no Brasil, do mais ao menos grave, para cerca de duas semanas seguintes.

Bolsonaro contrariou técnicos da saúde e agentes de inteligência em frases e no comportamento durante a pandemia ao promover aglomerações e desdenhar das recomendações para evitar a propagação do vírus.

Em fevereiro do ano seguinte, afirmou que ainda havia "ídolos que até hoje ficam em casa". No mês seguinte, quando o Brasil chegou à marca de 342 mil mortos, o mandatário pediu o fim das "frescuras" e do "mínimo" sobre a doença.

De forma geral, as estimativas feitas pela Abin se aproximaram dos dados efetivamente registrados. Em alguns casos, a alta da pandemia superou as expectativas dos agentes de inteligência.

Em 7 de abril de 2022, o Brasil registrou 341.097 mortos, conforme dados do consórcio de veículos de imprensa. A projeção que havia sido feita em 26 de março pelo setor de inteligência era de atingir de 330.226 a 338.538 mortos, no melhor e pior cenário, respectivamente, para esta data.



Então presidente Jair Bolsonaro (PL) promove aglomeração em Vitória durante a pandemia

Durante a pandemia, o GSI era comandado pelo general Augusto Heleno, enquanto a Abin estava sob chefia de Alexandre Ramagem, atual deputado federal pelo PI, do Rio. Ambos eram aliados fiéis de Bolsonaro e foram procurados pela reportagem, mas não se manifestaram.

Os ex-ministros Braga Netto (Casa Civil), Eduardo Pazuello (Saúde) também não quiseram comentar os relatórios. O ex-presidente Bolsonaro não se manifestou até a publicação deste texto.

Ao menos 89 relatórios elaborados nos primeiros meses da crise citam risco de "colapso" em diversas regiões do Brasil. Outros 12 documentos de maio de 2022 afirmam que o Brasil não havia atingido o pico da doença.

Documento da Abin de março de 2022 afirmava que "medidas como essa [distanciamento social] podem reduzir o tempo para que a epidemia alcance o pico do número de casos de contágio".

Esses papéis foram originalmente produzidos para as discussões do comitê chefiado pelo Casa Civil sobre as ações do governo durante a pandemia, segundo integrantes da gestão passada. Os documentos não eram



Documento do GSI, de 26 de março de 2021, projetava casos e mortes pela Covid até 7 de abril

Reprodução

“ Em um cenário de descontrole da pandemia no país, maior seria a chance de o vírus sofrer mutações em série e, consequentemente, afetar a eficácia das vacinas desenvolvidas

GSI em relatório

ignorado alertas em série sobre a falta de oxigênio. Fora da Presidência, Bolsonaro ainda é pressionado por apuradores sobre a Covid. O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), anulou neste mês uma decisão da Justiça Federal que havia arquivado parte de uma investigação sobre irregularidades cometidas pelo ex-presidente na pandemia.

Um documento do setor de inteligência do governo, de 2 de fevereiro de 2021, apontou que a taxa não havia informado suficientes para concluir se a variante P1 da Covid-19 era mais ou menos agressiva.

No entanto, por apresentar maior transmissibilidade, a nova variante aumentou o risco de colapso do sistema de saúde, levando a maior número de óbitos relacionados”, disse o documento.

O mesmo papel cita a vacinação como medida efetiva contra a Covid. “Em um cenário de descontrole da pandemia no país, maior seria a chance de o vírus sofrer mutações em série e, consequentemente, afetar a eficácia das vacinas desenvolvidas”, afirma o relatório que leva carimbo do GSI.

“Das mais tarde, em 11 de fevereiro, Bolsonaro disse que o cara que entra na pilha da vacina, só a vacina, é um idiota útil. Nós devemos ter várias opções”.

Ao menos oito informes dos primeiros meses da pandemia citam manifestações de entidades científicas e governos estrangeiros desaconsel-

hando o uso da cloroquina ou da hidroxicloroquina.

“Estudos recentes realizados em pacientes com Covid-19 que usaram esses medicamentos identificaram graves distúrbios do ritmo cardíaco, em alguns casos fatais, particularmente se utilizados em dosagens altas ou em associação com o antibiótico azitromicina”, afirma relatório de 23 de abril de 2020.

Apesar dessas análises, Bolsonaro usou o Laboratório do Exército, além do corpo diplomático, para produzir e receber doses estrangeiras dos fármacos, que acabaram encalhados durante a pandemia. Alguns dos relatórios alertam para o desgaste político da má gestão federal na pandemia. Em documento de 19 de maio de 2020, os agentes afirmam que prováveis falhas no sistema funerário poderiam “acarretar graves consequências sociais, impactando a percepção sobre as ações estatais de enfrentamento à pandemia e, no limite, a própria contiguidade da população no Estado”.

Em 7 de junho, um “briefing” não assinado diz que a decisão do Ministério da Saúde de esconder dados da Covid-19 “gerou desgaste na imagem do ministério e do governo federal”.

“A consequência desta situação específica é o ministério perder espaço político e controle das informações prestadas e, com isso, há redução na transparência dos dados brasileiros, o que dificultaria a tomada de decisão nos estados e a adoção de ações e políticas para reter a epidemia no país”, disse o relatório.

O documento ainda citou risco de boicotes internacionais ao país e disse que a Saúde ainda não havia publicado “padrões técnicos” para combater e avaliar a pandemia nos estados e municípios.

A época, Bolsonaro debochou do atraso na divulgação dos dados. “Acabou matéria no Jornal Nacional”, disse ele em 5 de junho de 2022, quando também se referiu ao boicote como “TV funerária”.

Os papéis da Abin não foram entregues à CPI da Covid. A comissão chegou a solicitar previsões feitas pelo governo sobre a pandemia, mas recebeu apenas análises da Saúde sobre o cenário do momento.

O governo Bolsonaro negou o acesso à Folha aos documentos da Abin e do GSI durante a pandemia. “Todos os relatórios referentes ao novo coronavírus (Covid-19) são instrumentos de estado e sua publicação está resguardada”, afirmou uma das respostas do governo passado.

A gestão Lula chegou a impedir o acesso aos relatórios e passou a apresentar os papéis a partir de maio.

Do início da pandemia até esta quarta (26), eram registrados 704.639 mortes pela Covid e 37.172.266 casos, segundo o Ministério da Saúde.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1